

GOVERNAMENTALIDADE E VIOLÊNCIAS

Edson Passetti
Pontifícia Universidade Católica / PUC-SP

Resumo

Ao problematizar o governo das condutas pela educação fundada no castigo somos levados a constatar a emergência histórica de atitudes antipunitivas com as práticas anarquistas e indicar suas possíveis pertinências na atualidade. Vivemos uma era conservadora pautada pela dilatação dos limites em favor da ampliação das punições. Os pontos equidistantes procedem da institucionalização dos campos de concentração e dos efeitos da ampliação da judicialização. A vida sob a punição, na sociedade de controle, faz aparecer o *campo de concentração a céu aberto* acompanhado de monitoramentos sobre o cidadão e contando com a participação consensual do mesmo. Nestes termos como lidar com os efeitos da governamentalidade pautada pelo dispositivo *melhorar a vida* de cada um como capital humano e que leva ao aparecimento de *elites secundárias* capazes de inibirem resistências? Quem são os sobreviventes entre os *empreendedores de si*?

Palavras-chave: educação; punição; campo de concentração a céu aberto; empreendedor de si.

GOVERNAMENTALITY AND VIOLENCES

Abstract

When discussing the government over conducts through education based on punishment, we realize the historical emergency of anti-punishment attitudes with anarchist practices and suggest its current pertinence. We live in a conservative era marked by the expansion of limits in favor of punishments. The equidistant points arise from the institutionalization of concentration camps and the effects of an increase in institutionalizations. Life under punishment, in the society of control, opens way to the *borderless concentration camp*, followed by mechanisms to monitor citizens while counting on its consensual participation. In this context, how can we deal with the effects of governmentality based on the device of *improving each one's life* as human capital, which leads to the emergence of *secondary elites* capable of obstructing resistances? Who are the survivors among *self-entrepreneurs*?

Key-words: education; punishment; borderless concentration camp; self-entrepreneur.

1. Perigosos

Houve um tempo em que surrar uma criança era próprio da conduta dos pais para melhor educar seus filhos. No interior da família, os genitores e os parentes, escorados pela legislação que sustentava a continuidade do regime da propriedade, providenciavam para que a *boa* educação se constituísse.

Diante deste ideal, havia uma realidade cruel em que mães abandonavam seus filhos na *roda dos expostos*, as deixavam morrer a míngua ou então embaladas por doses de láudano, em seus caixotes-berços, no interior de habitações fétidas, enquanto cumpriam suas intermináveis jornadas de trabalho. Se a historiografia do século XIX ainda está incompleta em relação à história de crianças proletárias, não são poucos os estudos das humanidades debruçados sobre a criança, na companhia das conclusões da psiquiatria e da nascente psicologia, para elaborar uma ortopedia educativa, uma pedagogia convincente. Ao mesmo tempo, crianças vivas permaneciam surradas pelos pais, e isso se ajustava à pedagogia com disciplina e moral: ser comportada, ter religião, obedecer aos superiores, receber conhecimentos, reconhecer-se incompleto e em formação.

Nos lares, nas escolas, nos orfanatos, enfim, na fábrica, a criança estava disposta para seguir o que dela se esperava, educada pelo castigo, restando-lhe nos entrecruzamentos descontínuos de espaços disciplinares, as ruas, os bandos, a noite, as fugas, o exercício de uma liberdade ameaçadora aos outros e a si. Às crianças restava resistir diante das ortopedias sociais, muitas vezes com corpos e mentes marcados por surras aplicadas pelos pais e autoridades, e um outro tanto de vezes decorrente dos confrontos entre grupos e de ardilosas propostas feitas por adultos.

Eram educadas, *mal e bem*, para ter medo das constituídas autoridades terrenas e sobrenaturais. Estavam obrigadas a se acostumarem com o olho do poder vigilante do céu e da terra. Como crianças amedrontadas tinham de expor sua coragem de viver, suas buscas por redenção, sorte, destacando-se no anonimato pela arte ou pela infração, ou manterem-se resignadas. Formavam bandos nômades em busca de algo e por isso, tão perigosos; eram tomados como homogêneos, no interior de uma monstruosidade, e deveriam receber uma resposta uniforme; compunham com o perfil geral da disfunção a ser corrigida; destacavam-se dos demais pela desobediência que os dispunha como antissociais, eventuais colaboradores da ordem policial e de gangues, operando no mercado ilegal, como informantes e delatores, ou até mesmo como pequenos sicários.

A punição justificava a *educação*, a educação para a obediência. Poucos e raros escritos como os de William Godwin, no final do século XVIII, Charles Fourier e Max Stirner, na primeira metade do século seguinte, alertavam para os efeitos fúnebres da educação pelo castigo. Seus livros e escritos foram pouco lidos e rapidamente esquecidos. O que neles havia de vida e vigor, era a persistência na educação livre de crianças, como esboçara Montaigne, capaz de formar um homem livre do soberano, e como traçara Etienne de la Boétie, repercutia, em parte, entre anarquistas, mas era silenciado nas formalizações jurídicas e acadêmicas, voltadas ao governo das condutas. Tomava-se a criança como algo a ser moldado sob a imagem do adulto, a partir de uma conduta exemplar. Não cabia a nenhuma criança a liberdade de furta numa sociedade

de proprietários. Muito menos os desacatos às autoridades uniformizadas ou empoladas e seus derrisórios escárnios a policiais, religiosos, homens e mulheres com seus filhos limpos.

A sociedade e o Estado tomaram iniciativas para corrigir condutas; primeiro, por meio de orfanatos e casas de correção. Cuidavam de retirar de circulação aqueles minúsculos perigosos zanzando maltrapilhos, solitariamente ou em grupos, provocando algaravias, sustos e contaminando a paisagem urbana reformulada. Nestes grupos, havia órfãos, abandonados, gente de família operária desempregada ou ocupada, empregados temporários, pequenos trabalhadores usados e abusados, prestadores de serviços ao público ou às organizações ilegais. Meninas ágeis e tímidas, entrando e saindo dos bandos, eram pegas pelos cafetões para abastecer os bordéis, onde homens de bem saciavam suas fantasias, ou tornando-se costureiras, amas, pequenas ladras. Meninos e meninas andavam e dormiam pelas ruas e avenidas como seus espaços de lazer, prazer, trabalho e sustento. Passaram a ser vistas como ameaçadoras: as crianças perigosas. Identificadas como analfabetas, carentes de escola, de um espaço para que aprendessem a formar boas famílias e ajustadas ao trabalho, passaram a ser alvo de investimento pedagógico escolar. Ensinavam-lhes a amar a pátria, as autoridades e lhes forneciam um conhecimento geral sobre *as coisas*, precariamente lecionado conformando uma grande sombra do Iluminismo! A escola universal aparecia como alternativa e complemento aos orfanatos, prisões, casas de detenção, manicômios, e ao mesmo tempo, como regra e lei a ser apropriada como monopólio do Estado, ao lado das instituições voltadas para a repressão física e acrescentadas às demais maneiras de governamentalização. Iniciava-se a grande tarefa da pedagogia escolar universal.

As autoridades jamais saberiam o que se passava naquelas cabecinhas rápidas, outras lentas, idiotas. Precisavam erguer um saber que governasse a profusão de verdades que emergia a todo instante; precisavam mais poder para, enfim, governar as condutas com conhecimento! Identificava-se uma violência própria dos pobres e miseráveis, dilatada entre crianças e adultos. Violência decorrente de infrações contra a propriedade, autoridades policiais e asilares, e cidadãos de respeito. Violência que se estendia aos jovens terroristas analfabetos contra o Estado e a propriedade, com seus atentados contra espaços públicos privatizados e governamentais. Violência dos operários em greve, passeatas e discriminações contra a propriedade privada e o Estado. Era preciso administrar estas violências com códigos de menores, códigos penais, leis de exceção, estado de sítio e de emergência, diante de grupos de crianças, mulheres, operários, sindicatos, movimentos sociais anarquistas e socialistas.

O aparelho repressivo de Estado e as organizações filantrópicas se desdobraram. A biopolítica também se ampliou investindo em populações em seus territórios na cidade, com urbanizações, saneamentos, serviços de saúde, assistências sociais, unidades manicomiais, prisões, reformatórios, escolas, constituindo uma complexa rede disciplinar que dava certa segurança ao Estado diante da possibilidade iminente de uma guerra civil, de uma revolução.

Começaram as campanhas para regulamentar as imigrações, investigar o tráfico de drogas, ampliar a cidadania com vistas a conter as *violências identificadas* com pobres, terroristas, anarquistas, socialistas, depravados, bêbados, usuários de drogas,

prostituição, crianças... uma infindável classificação dos desclassificados. Inaugurou-se no século XX a era do proibicionismo como dispositivo contendor de violências, associado ao tratamento asilar, penitenciário e à universalização da escola, em uma *nova prevenção geral*. Porém, nada disso impediu que as revoltas e revoluções socialistas e anarquistas, esboçadas no século XIX, não alcançassem um ponto de inflexão surpreendente, no início dos anos 1900, com a Revolução Russa.

2. Sobreviventes

Houve um tempo em que surrar uma criança era próprio da conduta dos pais para melhor educar seus filhos. No interior da família, os genitores e os parentes, e fora dela, as autoridades superiores, escorados pela legislação e institucionalizações que sustentavam a continuidade do regime da propriedade, providenciavam para que a *boa* educação se constituísse.

Na segunda metade do século XX, inicia-se a compleição de uma série de normativas, por meio de organizações internacionais, pretendendo regulamentar o regime dos castigos sobre o corpo e mente de crianças e jovens, pressionando diretamente os governos dos Estados nacionais¹. Algo se passara desde a Revolução Russa que deixara inalterada a exposição de crianças não só a surras, sevícias surpreendentes recobertas pela moralidade dos praticantes, exploração do trabalho, e ao desespero. Constatava-se que tanto no socialismo, quanto no capitalismo, as crianças eram mais que sujeitos de investimentos morais e pedagógicos de instituições austeras, administrações filantrópicas e de Estados, visando, a partir de seu recolhimento, uma eventual inserção como trabalhador rebaixado às condições inferiores do chamado mercado legal. Mais do que isso, os regimes ditatoriais capitalistas e socialistas dispunham de crianças para a morte ou educação em campos de concentração.

No nazismo criou-se o campo de concentração como administração para a morte (Agamben, 2008; Arendt, 1999; Levi, 1988, 2004; Khlüger, 2004); no caso soviético as crianças deveriam ser incorporadas como componentes do modo de produção (Soljenítzin, 1973; Applebaum, 2004; Oliveira, 2005). Num caso, crianças como corpos disponíveis a experimentos *científicos* e à execução; noutra como corpos educados para a produção *científica* planejada. Em ambos os casos, o fortalecimento da nação e do Estado combinando confinamento, extermínio e produtividade (Agamben, 2009; Power, 2004). Ninguém estava a salvo para *salvar cada sociedade!*

Se não são poucos os estudos a respeito do funcionamento de campos de concentração, talvez, sejam irrisórios os que abordam a educação de crianças, em seus interiores, incluindo a escola em suas extensões. Giorgio Agamben, problematizando o direito do soberano de causar a morte e da biopolítica em causar a vida, situa os *restos* no campo de concentração nazista, mostrando que está em jogo não mais *viver*, mas *sobreviver*. Os estudos de Anne Applebaum e de Alexander Soljenítsin, desvendam os efeitos do campo de concentração stalinistas, não como desvios do socialismo, mas como compatibilidades. No interior dos campos de concentração as crianças estavam dispostas ao governo do campo e este não se fazia somente por meio da força de

vigilância e aplicação de penas de morte pelo poder centralizado. Para funcionarem, exigiam colaboração dos próprios prisioneiros, sob a forma de adesão e colaboração na administração dos iguais para a morte, e também sob a condição de *sobrevivente*, uma virtualidade infinita da vida mortificada sob situações de abreviação da existência: viver com *esperança* de salvação; viver na *resignação* como delinquente.

Os campos de concentração, derivados da Revolução Russa e do nazismo, levaram a um outro ponto a produção de tecnologias de poder, combinando aspectos pedagógicos com o anúncio da morte iminente diante da virtualidade infinita da vida. Produziu uma nova relação de saber-poder sobre os perigosos e definiu um rígido código de condutas a ser seguido pelos prisioneiros, recoberto pelo livre-arbítrio dos administradores.

Os campos de concentração, diferente da prisão e dos recolhimentos para crianças e jovens, não estavam regulados por uma economia da pena e *eficácia do medo*. Funcionavam para governar vidas provisórias, extraíndo delas produtividades, conivências, traições, trapaças e obediências alheias a uma ética de condutas, e levando adiante a *eficiência do terror*. Em certo sentido, mantinha semelhanças com a prisão, enquanto funcionamento dos mecanismos de acobertamento, delação, trabalho e prestação de serviços, assim como nutria a fragmentação, impossibilitando uma possível atração dos *concentrados* para a revolta ou fuga. As cercas, torres de vigilância, valas, pavilhões e acomodações mantinham familiaridades com a prisão e os privilégios circunstanciais. Todavia, ali, encontrava-se a dobra da pena: a iminência da morte institucionalizava a necessidade de isolamentos, fossem eles derivados da cessão do poder central do campo para os próprios prisioneiros, como Theresienstaad, no nazismo — governado no dia a dia por um conselho de velhos judeus procedentes das classes mais altas e com renome intelectual, a quem cabia decidir, quando solicitados, quem deveria morrer, aguardando sua própria vez e a *esperança* de libertação externa; fossem eles os mais reles funcionários responsáveis pela execução e os serviços imundos, como os judeus de Auschwitz, nomeados *muçulmanos* pelos demais prisioneiros.

O campo de concentração institui uma governamentalidade inovadora que dilatou as instituições austeras, sob o signo da morte e da produtividade, na qual não se esperava mais docilidade pelo esgotamento das energias do corpo. O dispositivo da sobrevivência no campo de concentração (sob a ameaça da *solução final* e da *resignação*) produziu novos saberes, maneiras de governar verdades, modo de produzir, relações educativas com crianças que levavam cada uma delas a ver o mundo restrito a aquele espaço.

Os campos de concentração soviéticos foram além da escola nos campos de concentração nazistas. Nestes havia por parte dos judeus a *esperança* de sair, de repente, pelo final da guerra, por meio de uma possível comoção internacional, por uma sublevação milagrosa. Então, os mais experimentados, artistas e professores, ensinavam a cultura, alfabetizavam, introduziam noções de arte, falavam do mundo livre, dentro dos limites de um cotidiano prolongado sob o signo do medo elevado à categoria de macabro. No caso soviético, a escola ensinava a alfabetização e a vida restrita ao campo de concentração, voltada para produzir passivamente em seu interior, sob um perfil de *normalidade*, a continuidade do delinquente, sua prisão perpétua. Neles, sob este estado

das coisas, cada um encontrava-se entre a condição de *sobrevivente* e a de habitante irremediável do campo. No primeiro caso, a morte estava próxima, imediata; no segundo, a morte biológica se distanciava da mortificação cotidiana; se no campo de concentração nazista havia esperança de liberdade, no soviético se institucionalizava a *resignação* para se manter vivo ali dentro. Em ambos os casos, a execução iminente fazia de seus *habitantes* um conjunto disforme e assujeitado, disponível para ser governado e desejoso de um pastor. O campo de concentração conseguia, pela primeira vez, suprimir a revolta e a busca de liberdade do prisioneiro contra a prisão. Instituíam a importância do governo no campo de concentração e criavam mecanismos de enredamento e adesão de *todos*.

3. Participativos

Surrar uma criança é próprio da conduta dos pais para melhor educar seus filhos. No interior da família, os genitores e os parentes, e fora dela, as autoridades superiores, escorados pela legislação que sustenta a continuidade do regime da propriedade, providenciam para que a *boa* educação se constitua, agora, no século XXI, regulados por diversos direitos que procuram coibir e punir violências (maus-tratos, lesões corporais e torturas, segundo as repercussões midiáticas) físicas e mentais.

O castigo, como princípio de *boa* educação, prevalece nos lares, nas instituições austeras para infratores, delegacias, contatos com policiais, entrechoques de bandos. Nas escolas a conduta desobediente é repassada, gradualmente, das práticas psicopedagógicas para os Conselhos Tutelares, inaugurando uma época de judicialização da vida. Uma época de crença em mais e mais punições, por meio da vingança jurídica contra os que escapam ou burlam os controles normativos e legais, em nome da boa vida em sociedade, constituindo uma vida de novas produções institucionais que restauram as antigas instituições; era dos espaços controlados e de condutas monitoradas continuamente. Era da proteção integral e da educação programada permanente.

Leis, normas, monitoração de condutas, proibicionismos, avaliações contínuas, exercícios de gestão, programações, convocações à participação, enfim um amplo fluxo de controles é acionado para educar a criança desde pequenina para participar e controlar, tornar-se um cidadão democrata atento e ativo, notificando a cada um, às instituições e às organizações de Estado e sociedade civil, como deve ser a conduta aperfeiçoável e monitorada.

Ruas vigiadas por câmeras, telefonias celulares comunicando e localizando cada criança e jovem, empresas controlando seus trabalhadores, disseminando a normalização da conduta monitorada, redimensionando o amor à obediência pela adesão à participação e esquecimento proposital das possibilidades de resistir.

Amam-se, os dispositivos eletrônicos, com confiança, em função do aprimoramento da segurança individual, praticando-se a tolerância regulada por leis e normas que se declaram abertas à inclusão de todos os diferentes, sem prescindir do seu princípio superior: toleram-se condutas dos que estão abaixo, pois toda tolerância supõe uma

centralidade de poder; aceitam-se as diferenças desde que estas possam ser unificadas em acordos de maioria.

Na sociedade de controle de comunicação contínua e modificável por convenções, combina-se a herança disciplinar das estruturas hierárquicas com a descentralização por meio de variadas agendas. Ao mesmo tempo, o mundo governando por elites e vanguardas, mostra-se permeável a novas formas da governamentalização em que aparecem, derivados da proliferação de direitos, normativas, diretrizes e principalmente programas confiáveis, tolerantes e seguros, compondo fluxos elitistas sustentados pelos agrupamentos diferenciados por direitos de terceira geração, que dão, a cada minoria numérica, acesso a trânsitos pelas hierarquias, por intermédio de gerenciamentos compartilhados descentralizados. Configuram-se, assim, as *elites secundárias*, compostas por mulheres, gays, pretos, deficientes físicos, menores, lideranças indígenas, enfim, a população organizada em elites minoritárias dirigidas por comandos capturados, e muitas vezes cooptados pelos dispositivos de descentralidades na produção do produto e da cultura, judicialização, escolarização, habitação... São minorias numéricas que atravessam as maiorias parlamentares, empresariais, sindicais, configurando um novo desenho das burocracias, acomodando a continuidade de uma *maioria sequenciada* e governada por dentro, em função da centralidade do comando, no exercício de controles avaliativos.

Na sociedade de controles em fluxos, acontece, simultaneamente, a ampliação da participação e do acesso à informação e à comunicação, ao mesmo tempo em que, cada um, deve transitar pelas suas minorias de acolhimento, defender seus direitos, praticar ações comunitárias em função da redução de anomias, irregularidades e disfunções no interior de suas comunidades, para elevá-las à condição de espaço desejado e amado, e não mais de periferias abandonadas ou reduzidas a um ou outro programa social de Estado.

Ao mesmo tempo em que se dilatam os acessos à escola, à cultura, à política e à vida nas empresas, no interior de suas comunidades eles estão *disciplinados*, tanto por gestões de elites de cima para baixo, como de baixo para cima e entre os de baixo. Fluxos espelhados de centralidades e descentralidades compõem uma nova tecnologia de poder, pela qual a sociedade de controle se organiza com base na segurança. Segurança esta propiciada pelas ampliações em atendimentos de saúde, seguro pessoal, policiamentos ostensivos e *inteligentes*, monitoramentos por câmeras e satélites, programações intermináveis desdobradas por regimes de interface e compondo a vida computo-informacional de condutas e produção de produtos.

As guerras se tornam cada vez mais localizadas, administradas em função da institucionalização de regimes democráticos pelo planeta governado por um capitalismo intelectualizado, sem prescindir, como é lógico e histórico, de irregularidades, ilegalidades, corrupções... Um novo direito conecta os dispositivos de biopolítica de causar a vida e deixar morrer, ao de *sobreviver* derivado do saber sobre o campo de concentração, e que também favorece a participação. O capitalismo convoca e, com isso, redimensiona as condutas para que as resistências sejam capturadas brevemente, com a força de um grande gesto democrático. Não precisamos mais somente de leis e normas, mas da atenção com monitoramentos exercidos por cada cidadão.

Nesta sociedade se pretende suprimir espaços de existências rebeldes e revolucionárias em função do adensamento dos fluxos de participação. Eis uma sociedade em que tudo é possível, desde que dialogado, arranjado, definido, modificável, participativo: todos são informados, monitoram e devem ser policiais dos desvios para as aplicações corretas das decisões: comunicar, e por conseguinte, combinar fiscalização com delação. Assim, todos contribuirão para *melhorar a vida*.

Diante disso apresenta-se o dilema provocado pelos terroristas, os *serial-killers*, os traficantes, os controladores de corpos de migrantes e imigrantes, os habitantes dos campos de refugiados, onde não se é cidadão do Estado-nação, mas a expressão paradoxal e insuportável do cosmopolitismo derivado da liberdade de livre-trânsito: *os que vêm de nenhum lugar*, para os quais a solução não é mais identidade, nacionalidades, Estado, ou mesmo Europa. São os efeitos destas tecnologias de poder que agrupam diferentes, e ao mesmo tempo, não têm como absorver ou anestesiar, tanto as reações violentas como as de refugiados, e que escapam dos variados controles que as programações por interface também são incapazes de assegurar e com isso disseminando-se a busca obstinada pela segurança. Forma-se um duplo insuportável: de um lado, o de desdobramento das ilegalidades históricas ajustadas pelas liberdades de *mercado* com o livre-trânsito de trabalhadores; de outro lado, o esgotamento do sonho do cidadão cosmopolita ameaçado pela presença dos refugiados, combinando as idiosincrasias do Estado-nação, a permanência de territorialidades nacionais e suas reações mais evidentes: o fascismo no cotidiano convivendo com o *sonho* da transformação das etnias sob suspeita, confinamentos e situações de extermínio em aspirantes a identidade de um novo Estado, a *sobrevivente* nas cidades.

A sociedade de controle e segurança, ao privilegiar o sujeito com múltiplas funções, transforma o indivíduo trabalhador desdobrado em *divíduo empregado* em várias ocupações, impossibilitado de obter projeção imediata, rápida e instantânea a não ser pelo efeito provocado por suas violências inusitadas ou ameaçadoras, sem data para cumprimento. Ao cidadão comum se destina um lugar de governado sob a democracia de maioria, outro de governante entre os similares, mais um ainda de governante e governado, segundo os arranjos efêmeros na disputa pela participação mais efetiva na *melhoria da vida*.

Na sociedade de controle e segurança em que predominam populações miseráveis, ainda não atingidas pelos programas de ascensão sócio-cultural, que propiciam saúde e escolarização em fluxo, preparam-se condições para que cada um se eduque para formar-se como *capital humano*. Esta é a tarefa do Estado, sustentada pelos neoliberais (Schultz, 1973), e que encontra aconchego e proteção entre as políticas sociais de esquerda. Trata-se de uma educação para cada um, como trabalhador em busca de um emprego, que invista em si como *o* empreendedor de si, um *ator* participativo, um cidadão monitor, um consumidor com discernimento do melhor do mundo utilitarista, um eventual cosmopolita e jamais um refugiado ou *sobrevivente*. Para tal, deve-se abrir mão do lazer em função de um trabalho que amplie o consumo; escolarizar-se continuamente; escolher diante da escassez em função da utopia da abundância numa *sociedade aberta e democrática*; ser religioso e rigoroso quanto a punir mais e de maneira mais eficaz para que a ordem seja sustentada.

Mais do que obter segurança e seguros fornecidos pelo Estado, o trabalhador como capital humano deve: conseguir tudo por si mesmo, atuar em parceria com os seus, equipar-se eletronicamente, voltar-se para compor uma família estruturada de curta, média ou longa duração, ter convicção religiosa, crer na educação pelo castigo, na punição mínima ou máxima das infrações, enfim, combinar a necessidade do diploma escolar com as certificações variadas que o prepararão para sua *ampliada* educação, certificada dentro das empresas. Curiosamente, o dispositivo inicial de controle hierárquico e disciplinar das fábricas onde um jovem analfabeto entrava para o trabalho como aprendiz, sob os ensinamentos e formação profissional com os contra-mestres, mestres, superiores para produzir mais, com docilidade política esperada, agora se vê em um rearranjo eficiente com base no que seria um contra-senso. O jovem alfabetizado e iniciado na linguagem computacional entra na empresa diplomado e certificado, segundo grau de exigências da produção do produto, e nela se instrui para ser uma força de trabalho individualizada, agrupada e solitária. Ainda sob o regime da produtividade ampliada que comanda, combina docilidade disciplinar com participação ampliada e disposto a acatar uma convocação que dissemina a junção da parte ao todo, como entrecruzamento de fluxos, redimensionando a metafísica.

Não se está mais circunscrito ao comando central pela hierarquia, com suas exigências de funcionamento atendidas por meio de concursos formais para cargos e funções, sob o procedimento impessoal do exame. Agora está em pauta a formação da subjetividade derivada, também, da ocupação de cada um em comunicação constante na Internet, por meio de *blogs*, *twitters*, *sites*, grupos de convivência, amizades e redes temáticas, vínculos com comunidades de origem, atuações em minorias, predisposição ao trabalho voluntário, interesse em investir em si como capital humano. Inaugura-se uma nova era em que o recrutamento do jovem diplomado e certificado em universidade e cursos de excelência, no país e no exterior, combinado com a absorção de outros jovens procedentes de universidades inexpressivas e certificações pouco articuladas, revela os potenciais de produção e participação diferenciados de cada um, para serem ocupados em funções análogas, com salários menores, mas com disposição maiores para aceitação das convocações, tornando-se os candidatos preferidos a permanecerem na empresa, como futuros novos gestores. A nova configuração empresarial do trabalho ajusta a permeabilidade da elite (Wright-Mills, 1968) e articula magnetizações pelas quais a *elite governante* assimila as *elites secundárias*, propiciando um governo das verdades mais ampliado, democrático, eficiente e ao mesmo tempo refratário a resistências, e, preferencialmente, conservador.

Ao mesmo tempo, ONGs e demais *organizações* vinculadas com maior ou menor proximidades aos governos, exigem um intelectual vinculado em suas fileiras, identificado com seus programas e projetos, tornando-o não mais o crítico humanista da sociedade, mas um parceiro nivelado aos grupos organizados, menos como porta-voz do grupo e mais como colaborador. Neste sentido o regime de diplomas e certificações se torna parte indissociável da educação das *elites secundárias* articuladas com Estado, empresas, instituições e organizações. O intelectual das classes mais altas, que na sociedade disciplinar se voltava contra as desigualdades sociais, cede a vez, ou acopla-se ao intelectual recrutado no interior das classes mais baixas vinculados às comunidades e escolarizados nas universidades de periferia, com ou sem a excelência

acadêmica exigida no passado, mas com *compromisso social de empreendedor social e ambiental*. Desta maneira a permeabilidade das elites se torna tão fecunda, quanto o ensino público e gratuito, combinado com o particular, caracterizado em um novo ensino *elitista*.

No capitalismo, é impossível democracia sem *conservação* da miséria, então, ainda que os dispositivos democráticos tenham ultrapassado o espaço institucional do governo do Estado para combinar-se com os de governo da sociedade pelos próprios cidadãos é preciso manter os desnivelamentos e desigualdades, empolgando os cidadãos a buscarem a reforma, de médio e longo prazo, pelas quais as desigualdades sociais planejadas e equacionadas como *distribuição de renda*, se ajustarão às expectativas de *melhoria de vida*: a face conservadora se mostra rejuvenescida.

4. Os sobreviventes (verbete)

Giorgio Agamben dedicou-se a mostrar o aparecimento do sobrevivente no campo de concentração derivado do Estado de exceção, quando este começa a se tornar regra e lugar onde a vida está disposta sem qualquer mediação. Em certa medida, o Gulag, como vimos, transforma cada um em *sobrevivente* resignado. É o espaço vazio do que se pretendia como *povo*, onde não há fim, mas *resto*, o que sobrou entre os *concentrados*. Estão em jogo modulações da sobrevivência.

Na sociedade de controle e segurança *os sobreviventes* configuram-se como os *restos* de povo livre, cidadão cosmopolita, indivíduos ocupados, *incluídos* em programações, monitores e monitorados, irremediavelmente envolvidos em mediações. Escapam ao mesmo tempo em que são pegos. Estão fora e dentro. Compõem os miseráveis banidos de/em seus territórios em favelas, lares e escolas. São de todas as idades, diversas formações, vagam pelas ruas a serviço das irregularidades, como informantes de policiais, assaltantes, traficantes, bandos em busca de um lugar vindos de nenhum lugar, ou melhor, de um lugar abandonado, ou do qual se foi expulso, ou simplesmente se esqueceu de retornar. Fazem qualquer coisa para comer, sobreviver, e nos remetem ao campo da ética propícia a abalar nossas subjetividades e vergonhas.

Sobrevivem sob quaisquer condições, propensos ao fascismo, assassinatos inconcebíveis, e assustam a qualquer agente da moralidade, por estamparem a sujeira, a degradação. O sobrevivente é o *resto* insuportável, tornando-se ao mesmo tempo, o alvo dos higienismos e corpo disponível ao extermínio imediato. Por isso mesmo, conformam os pedaços de gente mais desprezíveis, irrecuperáveis, os agentes de reação, a face conservadora e rejuvenescida do *lumpenocupado*.

5. Uma nota sobre violência

Democracia no capitalismo não contém nem acaba com a miséria. Os governos democráticos respondem aos terrorismos com dispositivos de exceção que atingem

minorias variadas, e em certa medida recolocam a máxima de Carl Schmitt: *é o soberano quem decide sobre o estado de exceção*. Os miseráveis nas periferias ajustam o governo da comunidade (nova nomenclatura para favela) por meio de programas de Estado para a sociedade que demonstraram eficiências em outros experimentos internacionais, com o objetivo de levar o controle dos desvios e disfunções para a própria população. Dissemina-se a crença em *tolerância zero*, em programas de policiamento ostensivo, programado e *inteligente* no meio urbano, e deixam-se intocáveis as práticas cruéis de desalojamento de populações indígenas — e, também, rurais —, relacionadas com o exercício previsível do tribunal de justiça favorável aos empresários. Ao mesmo tempo capturam algumas etnias e *ajuntamentos* por meio de lideranças envolvidas em demarcações e novos vínculos com empresários e programas de saúde, educação e ambientalismo estatais. O tráfico de drogas permanece altamente lucrativo e os programas voltados para a *polícia cidadã* não tem como deixar de conectar-se a isso. Acabar com o tráfico de drogas seria o mesmo que reconhecer a liberdade de experimentar estados alterados. E isso continua inaceitável, quando muito, restrito a tímidas investidas em políticas de descriminalização associada à *redução de danos*. A penalização ampliada, enfim, não reduziu as situações de violência contra o indivíduo-*divíduo*, mas o imobiliza e o faz agente *empreendedor* ou policial dos iguais como delegados de *liberdade assistida*. Até mesmo as rebeliões nas prisões tendem a diminuir pelo eficiente governo do tráfico combinado com o da instituição austera, cuja camuflagem está cada vez mais nítida. Da sociedade de soberania à de controle ainda não escapamos para pensar e inventar a educação libertariamente, às vezes, levada adiante pelos anarquistas e reprimidas com rigor policial. Vivemos na composição entre majorias e minorias numéricas voltadas para governar condutas de *melhorias de vida* por meio das novas permeabilidades das elites. Vivemos sob o desejo de ser polícia. Um tempo de passagem da biopolítica para uma nova forma de controle em que o corpo humano, mapeado, nanometricamente demarcado, cede a vez ao corpo-planeta. Uma era do governo da *ecopolítica* mais que anunciada, com as novas misérias que governam as mentes eletrônicas, democráticas, monitoradas... e que crêem, sem dissimulações, que a educação pelo castigo e o medo ainda é a melhor maneira de lidar com crianças.

Notas

¹ Em especial: Declaração de Genebra, 1924; 1º Congresso de prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente (Secretaria Geral das Nações Unidas), 1955; Declaração dos Direitos da Criança, 1959; Convenção Internacional dos Direitos da Criança, 1989.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha. Homo Sacer III*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo, Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio *Mais além dos direitos do homem*, 2009.
Disponível em: <http://www.oestrangeiro.net/politica>
- APPLEBAUM, A. *Gulag. Uma história do campo de prisioneiros*. Tradução de Ibraima D. Tavares e Mario Vilela. São Paulo, Ediouro, 2004.

- ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- KHÜGER, R. *Paisagens da memória. Autobiografia de uma sobrevivente do holocausto*. Tradução de Irene Aron. São Paulo, 34 Letras, 2005.
- LEVI, P. *É isto um homem?*. Tradução de Luigi del Re. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.
- _____. *Afogados e sobreviventes*. Tradução de Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, S. Notas para a abolição dos campos de concentração e extermínio. *Revista Verve*, v. 7, pp. 43-55, 2005.
- POWER, S. *Genocídio. A retórica americana em questão*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- SCHULTZ, T. *O capital humano*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SOLJENÍTZIN, A.. *Arquipélago Gulag*. Tradução de Francisco A. Ferreira, Maria M. Llistó e José A. Seabra. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1973.
- WRIGHT-MILLS, C. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Correspondência

Edson Passetti – Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil.

E-mail: passetti@matrix.com.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
